

Prefeitura vai devolver R\$ 218 mil para o Estado e à União

A Câmara de Vereadores vota, nos próximos dias, três projetos de lei autorizando o Executivo a devolver recursos no valor total de R\$ 218.114,60 ao Estado e à União. São verbas para obras e melhorias que não foram integralmente aproveitadas, ou, como estavam depositadas em conta-corrente, tiveram rendimentos cujo uso não foi autorizado por quem fez a liberação.

A maior parte do dinheiro a ser restituído (R\$ 176.219,82) refere-se à recuperação do talude do Cais do Porto, nas imediações da Tanac. De acordo com a Administração Municipal, o desmoronamento no local ocorreu em 2011, durante a Páscoa, quando a força da água levou também a ponte sobre o Arroio São Miguel, a poucos metros dali. Na época, o Ministério da Integração Nacional liberou R\$ 730 mil para as obras e a ponte foi reconstruída.

DEVOLUÇÕES

R\$ 25.795,08 – devolução de saldo remanescente da obra da Escola Emma Ramos de Moraes;

R\$ 16.099,70 – devolução de recursos não aplicados do projeto Biblioteca Ativa;

R\$ 176.219,82 – saldo em conta corrente da obra de recuperação do talude do Cais.

Já a recuperação do talude só foi entregue em 31 de julho de 2015, ao custo de R\$ 409.054,79. São aproximadamente 27 metros de muro de contenção e mirante, contemplando ainda corrimão e parapeito de metal em toda a extensão e escadas.

Como o dinheiro ficou à disposição do Município durante vários anos, rendendo juros, a Administração pediu autorização para fazer uso desse saldo, que atualmente soma R\$ 176.219,82. Contudo, a solicitação foi negada, o que vai resultar na devolução do montante à União. Por lei, a Prefeitura precisa da

autorização dos vereadores para fazer a operação.

Situação idêntica motiva um segundo projeto de lei, também em poder da Câmara. A Administração pede autorização para devolver R\$ 25.795,08 referentes à construção da Escola Municipal de Educação Infantil Emma Ramos de Moraes, no bairro Estação. Também esta verba é oriunda da União e como demorou a ser aplicada, houve rendimentos, que agora terão de ser repassados ao governo federal.

A terceira devolução que aguarda o aval legislativo soma R\$ 16.099,70 e refere-se ao projeto Bi-

lioteca Ativa. De acordo com a diretora Biblioteca Pública, Ana Valdeti Martins, o Município foi contemplado com recursos do Governo do Estado, no valor de R\$ 55 mil, para a compra de móveis e livros. O mobiliário foi adquirido e está guardado para uso quando a instituição retornar ao seu antigo endereço, na rua Capitão Cruz. Já a empresa selecionada para o fornecimento das obras literárias ficou devendo em torno de 200 unidades, que não foram entregues dentro do prazo e, por isso, não puderam ser pagas. “Agora estamos devolvendo esse saldo acrescido da correção resultante do tempo em que o dinheiro ficou depositado à disposição do Município”, explica a diretora.

As três matérias estão sob análise jurídica na Câmara de Vereadores e ainda não há previsão de apreciação em plenário. (MR)